

Prezadas Desembargadoras, prezados Desembargadores e colegas Juízas e Juízes da Bahia.

Homologada a lista dos candidatos aptos a concorrer aos cargos da Mesa Diretora, sinto-me, agora, no dever de apresentar, de modo simples e direto, as razões pelas quais decidi submeter o meu nome aos eminentes Colegas para ocupar a presidência deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia durante o próximo biênio.

Ingressei nesta Corte como Desembargador no ano de 2010, em vaga reservada ao quinto constitucional da advocacia.

Minha história de lutas em favor da magistratura data, entretanto, de tempos mais recuados, quando tive a honra de atuar, por vários anos, como advogado da Associação dos Magistrados da Bahia e da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região, promovendo ações judiciais no interesse da categoria e na defesa de seus direitos perante os Tribunais da Federação.

Vivenciei, portanto, desde aquela época, as inquietudes e necessidades da magistratura baiana, pugnando, na mesma trincheira, não só por dever de ofício, como, também, por imperativo de consciência, clamando pelo reconhecimento judicial dos seus direitos. Algum tempo depois, tornei-me um dos seus.

Nessa condição, passei a experimentar e sentir - já agora na própria carne - suas necessidades e inquietações. De fato, se as dificuldades não são poucas na segunda instância, no primeiro grau se apresentam ainda mais numerosas, especialmente no que tange às deficiências de infraestrutura.

Todas essas experiências me estimularam, na condição de julgador, a dar continuidade ao trabalho que iniciei, como advogado da AMAB, pugnando pela observância do devido processo legal, da razoabilidade e proporcionalidade, princípios que sempre pautaram meus posicionamentos, notadamente nos processos administrativos disciplinares perante o Pleno.

Por escolha do nosso Órgão de Classe, tive a honra de ser designado para dirigir a Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), nos anos de 2018 e 2019, oportunidade em que, com apoio e incentivo da presidência da época, prestei justas homenagens a um juiz e três desembargadores - todos magistrados de carreira -, batizando, com seus nomes, a biblioteca e os três auditórios recém reformados.

Ao longo dos últimos anos, dediquei-me a esta Egrégia Corte de Justiça dentro e fora do meu Gabinete.

Internamente, busquei garantir produtividade sem perda da qualidade das decisões judiciais, fomentando a contínua capacitação e aprimoramento dos Assessores. Externamente, ainda que de forma modesta, colaborei com sucessivas administrações, ora representando o TJBA perante outras Instituições e Tribunais, ora compondo Comissões e presidindo Órgãos Judicantes e Administrativos.

Em tais oportunidades, sem que isso significasse abrir mão do debate franco e respeitoso, sempre procurei estimular o diálogo, característica que considero indispensável em qualquer gestão que pretenda ser democrática, colegiada e participativa.

Em toda a minha trajetória na magistratura, nunca adotei partidos. Busquei atender aos legítimos interesses institucionais da Corte, sem nenhuma parcialidade ou subjetividade. Sempre mantive o espírito aberto ao diálogo com as associações de classe (AMAB e AMB), com os demais Poderes e Instituições da República, na Bahia e em Brasília, com o Ministério Público, a Ordem dos Advogados, a Defensoria Pública, a imprensa e os demais segmentos da sociedade civil.

Na condução da UNICORP, nos anos de 2020 e 2021, com o decisivo apoio do Presidente do TJBA e dos demais membros da Mesa Diretora, procurei contribuir para promover o eficaz atendimento de todas as solicitações de cursos de capacitação, tão necessários ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, o que levou a 100% de rendimento no Prêmio CNJ de Qualidade do último ano.

Em que pese os desafios decorrentes da pandemia, ao lado da Presidência, promovemos a mudança de sede da Escola Judicial, para integrá-la ao prédio principal do TJBA, garantindo-lhe acessibilidade, sustentabilidade e avanços tecnológicos que proporcionaram capilaridade do conhecimento tanto no interior quanto na capital, treinando magistrados e servidores do Estado da Bahia para a implantação dos mais variados sistemas eletrônicos judiciais.

Neste biênio, nos limites de minha competência como Diretor da Escola Judicial, busquei lançar luzes a temas sensíveis, garantindo lugar de fala para aqueles que são referências em suas áreas. Tratamos da evolução das leis antirracistas, com o Presidente da Comissão de Igualdade, Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos. Foram promovidos debates sobre identidade de gênero e orientação sexual em parceria com a Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em Questões de Gênero e Orientação Sexual (Cogen); discutimos sobre os direitos da pessoa indígena, juntamente com o Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ responsável pela elaboração da Resolução CNJ 287/2019 e

do Manual que a acompanha; enfrentamos, juntamente com as Corregedorias Geral e do Interior, o tema da Regularização Fundiária, em curso de alcance nacional, que foi recomendado pela Corregedoria Nacional de Justiça a todos os Tribunais do país.

Também nos anos de 2020 e 2021, pela segunda vez em minha trajetória no TJBA, coube-me presidir a Comissão Permanente de Segurança. Nesta gestão, ao lado dos demais membros, especialistas na matéria e operosos magistrados, implementamos o atendimento imediato – inclusive nos finais de semana e feriados – aos juízes que reportam situação de risco; foi instituído por Resolução Plenária o Núcleo de Inteligência do TJBA; elaborado o Plano de Formação e Especialização dos Integrantes do GSI; foi constituída subcomissão de magistradas, para atendimento sensível e direcionado às Juízas Substitutas recém investidas no cargo; e, pela primeira vez em sua história, a Comissão de Segurança foi incluída no Prêmio CNJ de Qualidade, logrando a pontuação máxima.

Como Presidente do Comitê Gestor do Fundo de Segurança de Magistrados da Bahia (FUNSEG-BA), no período de 13/02/2020 a 02/08/2020, promovi a elaboração do seu Regimento Interno e, posteriormente, visando a garantir a sua operacionalização com eficácia e eficiência administrativa, apoiei a ampliação do seu Comitê Gestor, para que passasse a ser presidido pelo Presidente do TJBA e integrado, também, pelos Corregedores Geral e do Interior. Assim, a máquina administrativa da Corte passou a operar pelo FUNSEG-BA, promovendo resultados até então não alcançados.

Destaca-se, aqui, pela sua relevância para a magistratura baiana, a Reunião do Comitê Gestor realizada em 16/10/2020, destinada à definição das diretrizes de investimento dos recursos ali contidos. Na oportunidade, defendemos a proposta apresentada pela Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), ficando, então, definido que os recursos do FUNSEG-BA seriam destinados: a) ao controle de acesso às unidades do Poder Judiciário da Bahia; b) sistema de gravação e visualização de acesso; e c) aquisição de equipamentos móveis de segurança.

A partir daí, como Presidente da Comissão de Segurança, acompanhei de perto os setores técnicos do TJBA que conduziram as licitações, todas em fase final de contratação pública, para: a) aquisição de detectores de metal; b) contratação de serviço de controle de acesso de pessoas e veículos em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado da Bahia; c) aquisição de coletes balísticos; d) blindagens de carros; e e) videomonitoramento para todas as unidades jurisdicionais da Bahia, de modo a zelar pela segurança e integridade dos magistrados baianos.

Todas essas conquistas não têm nenhuma conotação de cunho pessoal, mesmo porque não dizem respeito a planos para o futuro, mas, sim, realidade já alcançada, fruto de um esforço coletivo da gestão atual, presidida pelo Des. Lourival Trindade. O objetivo é apenas demonstrar que me considero apto a assumir o cargo a que me proponho concorrer,

para que possa realizar, no plano administrativo, projetos relevantes e necessários de que o Judiciário ainda precisa. E tudo farei com entusiasmo constante, diálogo permanente e vocacionado, vontade e determinação para fortalecer o nosso Tribunal.

Eminentes pares. Se participei, colaborei e ajudei projetos importantes, não poderia, entretanto, ainda que em breves palavras, deixar de fazer referência a algumas iniciativas que considero essenciais, e que, se eleito, pretendo dar prioridade, com o objetivo de assegurar uma prestação jurisdicional mais célere, técnica e imparcial na solução dos conflitos, beneficiando os jurisdicionados, seus verdadeiros e principais destinatários.

Nesse sentido, uma das principais metas será a de priorizar o primeiro grau. Definitivamente, é com o aprimoramento da primeira instância que o Judiciário da Bahia alcançará um patamar mais elevado de produtividade, granjeando o respeito e a admiração dos jurisdicionados.

Torna-se imperioso, portanto, investir, cada vez mais, em tecnologia da informação, com o incremento do Parque Tecnológico do Tribunal de Justiça visando à implantação de ferramentas que agilizem a automação dos processos judiciais e cartorários, utilizando-se robôs e inteligência artificial.

Indispensável, ainda, é a ampliação dos cursos e treinamentos para proporcionar uma maior qualificação dos magistrados em início de carreira, bem assim dos respectivos servidores.

Temos que garantir, com todas as forças, as conquistas já adquiridas e consolidadas, lutando, ao lado da Mesa Diretora, da AMAB e AMB, dos Poderes Constituídos, da sociedade civil e, se necessário, dos dirigentes políticos, para, de forma republicana, obter melhoria na remuneração e benefícios para os magistrados e servidores.

Para isso se concretizar, necessário se faz, contudo, enfrentar o problema que considero mais urgente: recuperar, em plenitude, a credibilidade do Poder Judiciário da Bahia, infelizmente ainda abalada, apesar dos esforços já empreendidos, desenvolvendo um trabalho diuturno de conscientização de boas práticas administrativas e judicantes.

É hora de concluir.

Prezados colegas. Desde já, confesso-me honrado pelo tão só fato de concorrer à Presidência da Corte mais antiga das Américas.

Caso venha a merecer a confiança dos meus ilustres pares, não pouparei energia na defesa dos interesses da magistratura e deste Tribunal perante as instituições da República e os Poderes do Estado, na Bahia e em Brasília, exercendo uma gestão participativa, com profundo respeito ao diálogo, à transparência e à moralidade públicas.

A essa altura da vida não me é dado cultivar vaidades nem alimentar ilusões.

Mais do que nunca estou convencido de que o êxito da gestão de um Tribunal da magnitude do nosso depende, sobretudo, da harmoniosa colaboração de todos, Juízes e Desembargadores, notadamente dos membros da sua Mesa Diretora, num esforço comum em benefício dos jurisdicionados.

Indispensável, portanto, a participação de todos os magistrados.

Espero podermos caminhar lado a lado, com os mesmos objetivos, na mesma direção.

“Nenhum de nós é forte o suficiente como todos nós juntos”.

Conto, pois, com seu decisivo e inestimável apoio.

Agradeço a todos.

DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO